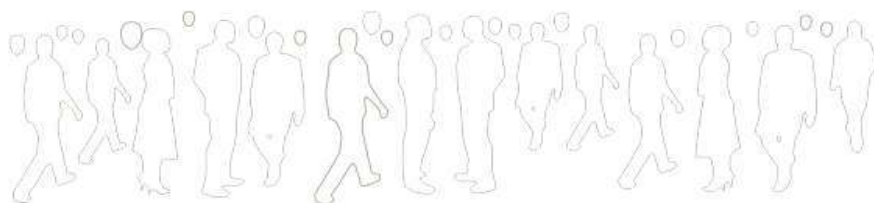


Práticas em Psicologia e Políticas Públicas



**O TRABALHO DO/A PSICÓLOGO/A NO
SISTEMA PRISIONAL: O RESGATE DAS
RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO PROCESSO
DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL TAMBÉM POR
MEIO DE GRUPOS**



Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas (CREPOP)

Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Brasília, 2010

Plenário responsável pela publicação

Conselho Federal de Psicologia - XIV Plenário

Gestão 2008 – 2010

Diretoria

Humberto Cota Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

Conselheiros efetivos

Elisa Zaneratto Rosa
Secretária Região Sudeste
Maria Christina Barbosa Veras
Secretária Região Nordeste
Deise Maria do Nascimento
Secretária Região Sul
Iolete Ribeiro da Silva
Secretária Região Norte
Alexandra Ayach Anache
Secretária Região Centro-Oeste

Conselheiros suplentes

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Psicólogos convidados
Aluízio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

Psicólogos convidados

Aluízio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

O TRABALHO DO/A PSICÓLOGO/A NO SISTEMA PRISIONAL: O RESGATE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL TAMBÉM POR MEIO DE GRUPOS

Karine Belmont Chaves

Trabalho como psicóloga no Sistema Prisional (SP) há cerca de sete anos. Iniciei em 2002, contratada por uma empresa quando o SP no Paraná foi terceirizado. Em outro momento, o governo do estado reassumiu a administração direta e participei de teste seletivo. Em 2008, o governo fez as contratações por meio de concurso público, o que favoreceu a possibilidade de um trabalho contínuo e melhores condições para o funcionário. Fiquei extremamente feliz com a possibilidade de continuidade do trabalho.

Quando me formei em Bauru-SP, em 1999, comecei a trabalhar em clínica. Fiz especialização em Psicologia Clínica e adorava a área, mas, por sentir falta de renda fixa, procurei outro trabalho. Vim para Foz do Iguaçu para trabalhar na

penitenciária onde estou até hoje. Um trabalho desafiador. Na minha formação ainda não se dava ênfase a essa área, e cursos de especialização eram quase inexistentes. Tive de estudar por conta própria. Tive boas instruções de psicólogas que já atuavam no SP e de uma grande mestra: a psicóloga Margarete Rodrigues, que se aposentou neste ano e ainda desenvolve atividades importantes. Apaixonei-me tanto pela área que também dou aulas de Psicologia Jurídica em cursos de graduação.

Atuo na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu (PEF), uma unidade penal (UP) de segurança máxima, destinada a presos do sexo masculino em regime fechado. São três galerias, que somam 124 celas, com capacidade para quatro presos cada, num total de 496 presos. Além da questão primordial da segurança, o Departamento Penitenciário (Depen) organiza suas unidades penais visando a cumprir as disposições previstas na Lei de Execução Penal (LEP). Além dos funcionários responsáveis pela equipe de segurança, da qual fazem parte os agentes penitenciários, e da equipe administrativa, a PEF conta com uma equipe técnica composta por duas psicólogas, duas assistentes sociais, duas advogadas, um médico, uma dentista,



uma enfermeira e duas auxiliares de enfermagem, objetivando oferecer aos presos tratamento penal no qual tenham a garantia de seus direitos, sendo-lhes oferecida assistência médica, odontológica, social e psicológica. Para que tenham acesso a educação, o estado mantém parceria entre as Secretarias de Justiça e Cidadania (Seju) e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed), que tem nas unidades penais uma extensão do sistema de ensino Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), sendo oferecido aos presos oportunidade de escolarização (embora o espaço físico de algumas unidades seja reduzido, não sendo possível que todos os que ali cumprem pena estudem ao mesmo tempo). Existe ainda uma preocupação no que tange à necessidade de profissionalização dos presos, bem como de atividades ocupacionais.

A Psicologia está inserida dentro deste contexto jurídico, desempenhando papéis de avaliação e tratamento, desenvolvendo, além do polêmico exame criminológico, atividades psicoterapêuticas e, ainda no que se refere à Psicologia Criminal, estudando e analisando intervenções possíveis, perante as pessoas presas e a instituição prisional como um todo.



Conhecendo um pouco sobre a realidade brasileira, sei que tenho boas condições de trabalho no panorama nacional, pois o Paraná tem feito significativos investimentos nessa área, mas essas condições ainda são limitadas para o desenvolvimento de algumas ações importantes dentro do Sistema Prisional. Duas psicólogas para atender aproximadamente 500 presos e ainda atender a outras solicitações, como as avaliações, fundamentando pareceres e laudos, bem como a participação nas reuniões de Comissão Técnica de Classificação e Tratamento (CTC) – que ocorrem semanalmente, discutindo casos, baseadas em uma proposta de individualização da pena, tal como a participação na reunião semanal do Conselho Disciplinar (CD), é um quantitativo insuficiente.

Os casos dos presos que dão entrada na unidade para cumprir sua pena passam pela reunião da CTC, em que são analisados os históricos pessoais, criminais, familiares e comportamentais e são feitas sugestões de encaminhamento para intervenções necessárias e disponíveis. Por exemplo: se o preso é analfabeto, encaminha-se para alfabetização; se não tem profissão, para curso profissionalizante; se tem hipótese de

transtorno mental, encaminha-se para avaliação psiquiátrica pelo SUS; se tem alguma doença, passará por avaliação médica detalhada; se tem histórico de abuso de drogas, poderá participar de grupo específico com a Psicologia, e assim por diante. Mas não é tão simples como parece. Nem sempre essas atividades estão disponíveis. Existem períodos em que não existe nenhum curso disponível, pois estes dependem de parcerias do governo, e pode ocorrer de o preso voltar à liberdade sem profissionalização, ou pelo fato de não haver salas de aula suficientes para o número de presos, este pode não estudar. São dados limitadores de uma realidade brasileira. No plano de individualização da pena, tem-se por objetivo, entre outros, reduzir os prejuízos da convivência e, quando possível, capacitar a pessoa presa para uma vida em sociedade. Ideias podem ser analisadas nas reuniões das CTC junto com a direção e a chefia de segurança, mas é preciso haver uma estrutura permeável. Dependendo da administração da unidade, pode ou não existir apoio para implantação de algumas ações educativas, terapêuticas e profissionalizantes. Assim como existe toda uma equipe de funcionários que também precisa ser envolvida na proposta, ainda existem resquícios de um sistema

penal antigo, que se limitava a punir. Hoje, os funcionários novos, absorvidos por concurso público, têm novo perfil, nova formação, nova forma de atuação, não mais limitada ao encarceramento. Muitas vezes a segurança tem a grande responsabilidade de cuidar da pessoa presa, de forma que esta não fuja e cause danos à sociedade ou a qualquer pessoa com quem se relacione, mas também cuidar da preservação da vida daquele que está preso, além de tornar possíveis algumas intervenções a eles dirigidas.

O tratamento também é norteado pelo princípio de humanização das relações, amparado pelos Direitos Humanos propriamente ditos. Hoje é necessário repensar práticas, como, por exemplo, a forma de chamar os presos, devemos deixar de chama-los por números. Ainda existem lugares que chamam seus presos de “ladrão” e, sem pensar, contribuem para perpetuar uma identidade marginalizante. Acredito que um conjunto de ações pode contribuir para que uma pessoa que tenha sido presa volte ao convívio social e viva sem agredir a si e ao outro. Que nome tem isso: reabilitação, readaptação, reinserção, ressocialização, reintegração? Qualquer que seja a terminologia mais adequada, o sistema pode vir a ser ou pode



ser, de fato, um espaço mais humanizado e, diante disso, possibilitar que o outro se encontre, em seu significado pessoal e social. Humanizar o sistema, resgatar as relações baseadas no respeito pelo outro não é tarefa simples como pode parecer. Porém esta tarefa não é simples, nem para aqueles que se vestem dessa responsabilidade da segurança, nem para os demais funcionários, nem para os próprios presos.

Existe um sistema que incorporou valores, que dita regras de convivência e cobra posturas. Os presos não estão ali para sofrer mais julgamentos, nem de outros presos nem da sociedade. Mas a criminalidade faz isso. Ela também rejeita alguns, segrega outros, que nega serem iguais. “Criminosos”. Aqueles em que de fato a identidade está vestida. Eu gosto até de mudar o modo de referenciá-los: de criminoso, para “pessoa que cometeu um crime”, é diferente de quando se remete a ele como um todo. Pois bem. O crime estigmatiza. Separa. Como possibilitar que essas pessoas presas estudem, convivam num mesmo lugar, até mesmo na prisão? Este é o lugar de reaprender a conviver e respeitar. Mas as barreiras não são fáceis: vencer estigmas preexistentes, derrubar paredes impermeáveis. E não só existentes entre os que estão presos,

existentes também em cada pessoa. Principalmente nos “machos”. A cultura absorvida urge ser revista. Tarefa árdua. Processo lento. De várias discussões, de discursos que querem atingir, mas muitas e muitas vezes não convencem. Trabalho contínuo, permanente, sobre as barreiras.

O SP às vezes perpetua o cárcere. Dá menos trabalho do que possibilitar qualquer abertura. Menos atividade, menos risco. Nesse sentido, um fator determinante nos trabalhos é o perfil dos profissionais. Se forem acomodados, a mudança é quase impensável.

O Departamento Penitenciário do Paraná conta com a Escola Penitenciária (Espen) e a Divisão de Serviços Técnicos e Assistenciais (Dist), que estudam e coordenam as ações psicossociais, além de outras funções, auxiliando o desenvolvimento dos trabalhos e propondo melhorias nos atendimentos realizados. Busca-se eficiência no desempenho e nos resultados e sistematização das atividades técnicas e assistenciais nas unidades penais, por meio de trocas e discussões, das quais surgiu por exemplo o “Manual de Procedimentos do Psicólogo”.

Mas existe um espaço possível de criatividade. Os profissionais de cada UP podem planejar e sugerir projetos que favoreçam o desenvolvimento da pessoa que se encontra presa nas unidades penais onde trabalham.

Nesta UP a rotina no setor de Psicologia está organizada da seguinte forma: segunda-feira são realizadas triagens com presos que dão entrada na unidade; terça-feira, atendimento individual e elaboração de pareceres; quarta-feira, reunião da CTC e realização de exame criminológico; quinta-feira, atendimentos individuais; sexta-feira realização dos grupos e oficinas.

A sociedade tem a ilusão de que os presos contam com psicólogos (como se fosse uma regalia), mas de fato não oferecemos a eles nenhum trabalho psicoterápico “superestruturado”. Os atendimentos se baseiam na proposta de trabalhar algum foco, breve, e há atendimentos de apoio em situações de crise, não sendo possível um trabalho de longa duração que possa contemplar todas as pessoas que ali estão presas. Muitas vezes faltam até salas específicas para os atendimentos, bem como para outras atividades que podem acontecer dentro do sistema, pois não raro a construção física

das unidades penais desconsidera os espaços para intervenções numa perspectiva de humanização, estando focadas na questão da segurança.

Os atendimentos psicológicos individuais hoje, em sua grande maioria, ocorrem em parlatório (aqueles telefones de comunicação através de vidros, dos filmes americanos), e muitas das salas de aula (eventualmente usadas para grupos psicoterapêuticos) são separadas por grades do teto ao chão. Os parlatórios são espaços “secos”. Desconsideram qualquer necessidade de “setting terapêutico”. Muitas vezes a “necessidade” de acompanhamento por agentes, em prol da segurança, limita o estabelecimento de um vínculo genuíno, visto que não conseguimos lhes fornecer condições éticas de confidencialidade e sigilo.

Diante de um número expressivo de pessoas presas e de poucos profissionais, os grupos são oportunidades de oferecer-lhes alguma intervenção psicoterapêutica.

Finalmente chegamos aos grupos. Entendo o contexto acima como necessário para compreender o funcionamento do Sistema Prisional. Os grupos são espaços de possibilidades.

Nas prisões, são vistos como ousadia, às vezes, inconseqüência. Mas é espaço singular de convivência, de relacionamento interpessoal, de troca. Os grupos, nesses espaços, têm semelhanças com os que ocorrem fora. A dinâmica pode ser parecida, baseando-se muitas vezes nas características dos participantes, em suas particularidades e em suas funções de escuta, apoio e identificação com o outro. Já tive grupos com elementos de reserva, com pouca interação. Tive grupos comunicativos, espontâneos, curiosos. Mas existem grupos de rendimento excepcional, em que seus membros se envolvem com a temática e contam um pouco de sua história, sentem-se acolhidos e têm a oportunidade de refletir sobre ela, bem como é possível a escuta do outro. Mas existem algumas particularidades que envolvem a criminalidade, como citei. Se um preso é ameaçado por outro, se tem inimigos, se fazem parte de grupos rivais, ou sente-se constrangido por qualquer motivo, isso limita seu desenvolvimento. Uns mais abertos, disponíveis, outros fechados diante das possibilidades. Mas insisto: ainda os vejo (os grupos) como um espaço possível. É claro que não tenho a pretensão de que um grupo “transforme” qualquer pessoa. Mas reconheço que pequenas mudanças

podem acontecer internamente em seus participantes e, algumas vezes, isso é visível, palpável, observando seu comportamento ao longo do tempo, a maneira como se relacionam com o mundo. Todavia, não se pode pretender a responsabilidade pela mudança, pode-se apenas contribuir para ela. Lançar sementes ou limpar terrenos, mas longe de pretender que uma ação faça a colheita dos frutos.

O trabalho envolve sim, risco, mas é de sua natureza. Se pensarmos nos riscos, desistimos das possibilidades. O desafio é possibilitar espaço de intervenção com segurança para todos os funcionários. Uma sugestão para viabilizar as atividades é um número maior de agentes, e a solução que buscam é colocar grades entre o técnico/professor e os presos/alunos. Mais simples. O velho dilema: encontrar um meio de “punir” e “tratar” ao mesmo tempo. Tenho uma visão muito humana no trabalho, é da minha formação: como não ousar na prisão? Aqui é o lugar de experimentar. Primeiro, aqui, deve ser capaz, para depois voltar ao convívio social. Como querem que a sociedade os receba, como querem que voltem ao convívio se os funcionários não acreditam e não lhes abrem possibilidades de, mesmo com precauções, conviver, estudar, relacionar-se,



comportar-se de acordo com as regras? O sistema ainda tem muito que crescer, é muito contaminado, desgastado, hoje, por sua construção histórica. Mas a humanização abre possibilidades. Renova, revigora. Pensar em atividades que auxiliem seu desenvolvimento, com responsabilidade, é uma tarefa para a Psicologia.

Em média a UP onde trabalho tem dois grupos em funcionamento às sextas-feiras, A metodologia de trabalho utilizada é: cerca de 20 presos participantes/cada, com duração dos encontros variando de 1h30min a 2 horas, alguns grupos têm duração de 10 encontros, outros de três meses, e as oficinas são momentos únicos. Temos duas salas de aula improvisadas que são ocupadas pelos professores de segunda a quinta-feira e a Psicologia tratou de ocupar o dia disponível. Espaço conquistado com a direção e a segurança, enfrentando resistências. Os presos muitas vezes manifestam interesse nos grupos ao saber, por meio de outros, ser selecionados e convidados a participar. As CTC também sugerem nomes para participar. Os dependentes químicos são indicados para grupos voltados à sua problemática. Existem ainda outros critérios não rígidos. No fundo, acredito que quase todos eles deveriam ter a

oportunidade de participar. A segurança nos auxilia a selecionar do ponto de vista comportamental, se têm potencial agressivo. O controle é requisito mínimo para convivência. Nunca são obrigados. Quando querem desistir, conversa-se com eles, mas sempre é respeitada sua decisão. É uma oportunidade, não uma imposição. Não há consequências para quem não quer participar, mas pode-se ver um diferencial em muitos dos que participam, apresentando vontade, interesse de mudar ou aprender algo. Mas é claro que há presos que apenas querem “passar”, sair um pouco de suas celas.

O profissional fica na sala com 20 presos e um agente penitenciário. Sim, existem riscos: fui refém num desses grupos, em 2003, mas, resisto. E prefiro ainda que aconteçam. Em muitas cidades os grupos simplesmente não acontecem. É um trabalho de resistência (resiliência), de reflexões internas e posicionamento. Algumas vezes me reconheço em ciclos, de reenergização. Algumas (muitas) vezes desanimo com as barreiras, com as limitações, fico sem energia. Me desgasto, mas insisto. Bato contra a parede. Recuo. Descanso, poupo energias e, quando vejo, lá estou eu tentando novamente. Muitos sentimentos são mobilizados numa área de atuação com



tantas questões sociais e humanas. Os funcionários todos se deparam com dificuldades e limitações, até porque essa clientela reúne muitos pontos inquietantes. É uma área de trabalho cheia de dificuldades, limitações, frustrações. Mas também cheia de desafios.

O modo de trabalhar que descobri foi criando e recriando projetos. Organizamos um grupo, desenvolvemos, analisamos os resultados, concluimos. Encontramos dificuldades, a energia se desgasta, Pensamos em uma alternativa. Energia renovada: outro nome, outra temática, outra proposta. Um novo trabalho. Novos participantes. E diante de pequenas vitórias, insistimos.

Quando a energia da luta acaba, alguns grupos se encerram. Depois, particularmente sinto falta do trabalho. Me sinto impotente, muitas vezes, mas quero ousar. Não consigo imaginar que sairão sem possibilidades de qualquer reflexão. Se eles ficam presos, escutam muitas vezes vozes contaminadas de possíveis companheiros de cela, comprometidos com a cultura do crime. Os grupos são possibilidades de resgatá-los para a sociedade da qual de fato fazem parte e que, em alguns casos, por um momento (ou uma vida), negou sua existência.

Um dos projetos iniciais e permanentes na unidade onde trabalho se chama:

GRUPO DE ORIENTAÇÃO PARA LIBERDADE.

Público-alvo: São selecionados 20 presos que estão aptos à progressão de regime (aguardando a realização ou resposta do pedido de progressão, por terem cumprido determinado tempo de pena) e que, portanto, podem sair da unidade a qualquer momento por determinação judicial, para outra unidade ou para a liberdade.

Objetivo: Este trabalho visa a oferecer à pessoa que se encontra presa um espaço de diálogo, orientações e informações acerca da vida em sociedade, bem como fomentar suas reflexões a respeito da vida em liberdade, visto que muitas pessoas que se encontram presas distanciam-se da realidade social, ou foram presas por já estar distantes dos objetivos coletivos.



Metodologia: Organizado pela Psicologia, mas de caráter multidisciplinar, cada encontro é de responsabilidade de um profissional do sistema ou convidado da comunidade. Cada grupo participará de dez encontros, com profissionais do sistema e convidados que fazem parte da comunidade e podem contribuir para que as pessoas presas reflitam sobre seu retorno ao meio social. A duração dos grupos é de 1h30min a 2 horas. São abordados temas como: mercado de trabalho, vida em sociedade, motivação para a vida, doenças sexualmente transmissíveis, saúde bucal, a importância da educação, família, autoestima, entre outros.

Em média são organizados quatro grupos por semestre, atingindo a população de $(20+20+20+20 \times 2)$ 160 presos ao ano. Foi absorvido como prática e hoje tem caráter permanente de funcionamento, sendo desenvolvido também em outras unidades penais do estado.

Relato de experiência: Este grupo foi criado pela Psicologia em 2003, quando minha parceira na época, a colega psicóloga Gláucia Emília Warken de Souza, batizou-o. A proposta inicial era ser desenvolvido pela Psicologia, e, anos depois, com o interesse de outras áreas em participar, bem

como diante do interesse em aproximar a comunidade, no processo de reintegração social, o grupo passou a ter caráter multidisciplinar. É organizado em dez encontros, com profissionais diferentes. Foi incorporado pela direção, e há anos acontece na unidade, bem como tem sido implantado em outras unidades penais do estado. Neste grupo, diversos profissionais podem dar sua contribuição. A dentista fala sobre higiene bucal, por exemplo, a enfermeira, sobre várias temáticas da saúde, o Serviço Social, sobre a importância da família ou sobre recursos sociais disponíveis, orientações de cidadania, a Pedagogia, sobre a questão da Educação, entre outros.

Também sentimos a necessidade de que outras pessoas e instituições participassem, e então abrimos espaço para a comunidade. Convidamos por exemplo, o Pró-Egresso e o Conselho da Comunidade, que hoje são nossos parceiros, e assim iniciamos uma articulação com a rede disponível, isso porque entendemos o processo de reintegração social com a necessidade de mobilização da comunidade. A sociedade também precisa despertar para a responsabilidade sobre as pessoas que estão presas, afinal de contas, elas voltarão para o

convívio, e precisam ser acolhidas, pois a exclusão também é fator que influencia a reincidência criminal.

A ideia inicial deste grupo era de poder oferecer à pessoa presa, após tanto tempo de encarceramento, alguns momentos em que pudessem ouvir e também falar com a sociedade. Muitas vezes, pelas limitações das instituições prisionais, essas pessoas passam um tempo significativo de suas vidas no convívio com semelhantes, mas muitas vezes sob influência da criminalidade. Muitas vezes em convívio com pessoas altamente comprometidas com seus valores antissociais, e nossa função é intervir. Mostrar outras possibilidades. Então, diante da realidade de que muitas pessoas estavam prestes a sair, sem que lhes tivesse sido oferecidas oportunidades de crescimento, pensamos neste grupo. Quando sabíamos que a pessoa presa estava prestes a progredir de regime, providenciávamos sua inserção no grupo, para que pudesse sair com algumas reflexões sobre sua retomada da liberdade. Os participantes costumam gostar das temáticas apresentadas e, muitas vezes, não haviam participado de palestras ou de qualquer grupo anteriormente e

experimentam importante momento de relacionamento interpessoal, além de outros conhecimentos.

Segue descrição de outros grupos e trabalhos desenvolvidos também com o auxílio de outros profissionais do Sistema Prisional, bem como em articulação com outras instituições. Alguns destes já aconteceram, e alguns continuam em andamento. Seu relato pode contribuir para que outros profissionais visualizem possibilidades de intervenção, bem como suas dificuldades, podendo usar sua criatividade e habilidade técnica para aprimorar nossa intervenção.

“Psicocine”

Organizado inicialmente com a exibição de um filme por encontro, seguido pelo debate sobre a temática abordada. Esse recurso é bastante conhecido da Psicologia, e é uma estratégia utilizada em muitos locais e com populações diversas, por sua riqueza e pela facilitação de abordagem. Atualmente não organizamos mais um grupo unicamente destinado aos filmes, mas o utilizamos como recurso pontual em outros grupos, pois muitas vezes esgotávamos as

possibilidades de eventual locação. Exemplo de título utilizado: *A Corrente do Bem*.

Grupos Psicoterapêuticos

Os encontros são organizados com a abordagem de uma temática em cada encontro, como por exemplo: família, amigos, sociedade, crime, direitos e deveres, futuro, trabalho. Algumas vezes utilizam-se recursos como as dinâmicas de grupo, que em algumas oportunidades são limitadas, pois no sistema não se pode andar muito, tocar no outro, etc., não só pela questão da segurança, mas por preservação dos próprios membros, que de início mantêm distância se não são conhecidos. Os grupos são renominados, pelas particularidades dos integrantes ou conforme enfoque, e algumas vezes seus nomes são escolhidos entre os próprios presos, visando a uma identificação com o grupo. O trabalho tem duração aproximada de 2 a 3 meses, sendo o grupo concluído para que outros tenham a oportunidade de participar.

Grupo “Resgatando Memórias”

Tentando encontrar ou resgatar algo na sua história de vida – os presos precisavam entrar em contato com alguém de

sua família (por carta ou na visita) e íamos construindo um álbum de fotos, com dados de seus familiares. Surgiam sempre dados importantes, até de trabalhos que eles haviam executado. Era uma oportunidade de reorganizar sua história, pensar no legado da família e na sua identidade. Eles escreviam e contavam histórias das fotos, podendo revivê-las¹.

Grupo “Resgate da Responsabilidade Social”

Surgiu do interesse de alguns presos, que demonstravam consciência social, em realizar atividades positivas dentro do sistema. O objetivo deles era tentar mostrar à sociedade algo de sua vivência criminal, resgatando, assim, sua cidadania. Um projeto inicial se realizou em parceria com o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (Ciaadi), atualmente Centro de Socioeducação (Cense), unidade destinada a cumprimento de medidas socioeducativas para adolescentes à qual um dos presos foi levado para assistir a uma palestra, com

¹ Nota da autora: Algumas vezes pensei que o grupo proporcionava pouco aos participantes. Tempos atrás, atendi um preso reincidente (infelizmente), que já havia estado preso aqui em 2003 e em outros anos. Tinha uma história cheia de conflitos internalizados, bastante comprometido. Quando o atendi, ele fez referência a um grupo psicoterapêutico de que adorava participar, e contou que aprendeu muita coisa naquele grupo. Falou ainda de

autorização dos juízes da Vara de Execuções Penais e da Vara da Infância e da Juventude. Foi um momento importante, no qual este preso relatava aos adolescentes os prejuízos em sua vida pelo caminho da criminalidade e se dizia “ladrão aposentado”, tendo perdido todos os vínculos de sua vida, inclusive não tendo acompanhado o desenvolvimento de seus filhos. Também se pretendia a construção pelos presos de uma cartilha educativa, mas o trabalho foi interrompido por mudanças técnicas, bem como devido à progressão de regime dos presos envolvidos.

Grupo de Apoio ao Dependente Químico

Público-alvo: São selecionados presos que apresentavam dependência química em seu histórico de vida, o que frequentemente contribui para o envolvimento criminal e seu agravamento.

Objetivo: Proporcionar reflexões, e apoio diante da problemática das drogas.

um grupo que participou numa unidade de Francisco Beltrão. Feedbacks raros, mas importantes.

Metodologia: Os encontros acontecem semanalmente, pelo período de dois meses, com duração média de 1h30. São usados recursos como dinâmicas de grupo e filmes, bem como são convidados profissionais do município que atuam na área (Caps-Ad por exemplo). É baseado na identificação de seus integrantes, na troca de experiências por meio de seus relatos e na abordagem de temas que favoreçam o desenvolvimento pessoal, bem como seu fortalecimento.

Grupo de “Dança de Salão”

Público-alvo: presos que sejam casados ou tenham relacionamento estável e recebam frequentemente visitas de suas companheiras, visto que estas são convidadas a participar junto com eles.

Objetivo(s): Fornecer ao preso e a sua companheira aprendizado de estilos de dança de salão (farró, valsa, salsa, entre outros) e proporcionar, por meio desse espaço, o desenvolvimento de posturas individuais (autoestima, autoimagem e autoconceito), bem como a melhoria de aspectos do relacionamento conjugal (vínculo, intimidade e sedução, por exemplo).



Metodologia: Seleção de dez presos, com suas companheiras. Os encontros serão semanais e com duração média de duas horas. A professora utiliza técnicas específicas do ensino de dança de salão, com acompanhamento da Psicologia.

Relato de experiência: Uma das experiências mais bonitas e ricas que tive com grupos. Criado junto com uma voluntária, professora de dança, estudante de Educação Física, depois de termos assistido ao filme *Vem dançar*, com Antonio Banderas. A ideia era que um número de presos dançasse com suas companheiras, e que as aulas pudessem favorecer sua autoestima e desenvolver melhoria na relação conjugal. O grupo encontrou muitas dificuldades, que parecem simples, como o horário da semana em que suas companheiras pudessem vir para as aulas, visto que algumas têm filhos ou trabalho e não conseguiam estar presentes. Mas, mesmo com número reduzido de casais, as aulas eram fantásticas, e até os funcionários acabavam por se envolver – a atividade aconteceu sem qualquer problema de segurança. Num desses momentos, eu disse ao diretor, depois, que por alguns instantes “a prisão nem parecia prisão”. Foi uma experiência fantástica. Aconteceu

apenas uma vez, tendo em vista a necessidade de uma profissional de dança.

Grupo “Re-parar para Re-construir”

Público-alvo: Presos reincidentes desta UP, ou seja, presos que já estiveram presos na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu e, por algum motivo, voltaram a cometer novos delitos, ou são evadidos da Colônia Penal Agrícola e foram recapturados.

Objetivo: Aplicação de técnicas psicoterapêuticas e de outros tipos de intervenção que facilitem e possibilitem a reflexão sobre a história de vida de cada um, focalizando seus projetos de vida, bem como o funcionamento social e outras questões ligadas a reintegração social.

Metodologia: Organizado pela Psicologia, com aplicação de técnicas psicoterapêuticas que visem a sua mobilização em relação à temática social, no resgate e na reflexão sobre os valores e as normas sociais.



Relato de experiência: Um dos grupos em que tive mais dificuldade de trabalhar, um dos mais desgastantes, pois muitas vezes seus valores são de fato comprometimento com a cultura do crime. Diante da reincidência criminal, demonstram muitas vezes a escolha por esse “estilo”, sendo mais resistentes e menos permeáveis a medidas terapêuticas.

Grupo “Agentes multiplicadores de saúde”

Objetivo: Aprimorar conhecimento sobre questões de saúde, bem como ampliar a rede de conhecimento, com foco na prevenção de doenças, bem como em orientações sobre cuidados com higiene pessoal, repassando-as à população carcerária.

Metodologia: São selecionados presos que se mostram colaborativos e se interessados em auxiliar em diversas atividades. Os selecionados participam de palestras e recebem material de estudo e divulgação sobre questões de saúde. No convívio com os outros presos, podem multiplicar o conhecimento, visto que têm acesso facilitado, sem barreiras, com grandes possibilidades de aceitação das orientações.

Relato de experiência: O projeto foi interrompido, pois alguns presos multiplicadores foram embora. Verificamos a necessidade de apoio dos agentes penitenciários, bem como da disposição técnica para sua capacitação, além da mobilização dos presos com perfil adequado.

Oficina de Sexo Seguro

Público-alvo: Presos recém-chegados na UP.

Objetivo: Com base na proposta de aconselhamento, são oferecidas orientações sobre DSTs/Aids, seguindo a proposta de trabalho preventivo, devido ao número significativo de pessoas que são infectadas pela exposição dentro do sistema penitenciário. Tem como objetivo, ainda, trabalhar não só os temas relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e à Aids (prevenção e tratamento), mas também temas ligados a relacionamento sexual-afetivo.

Metodologia: Os presos são convidados a participar de uma oficina, que ocorre em um único encontro, com duração média de 1h30. São organizados grupos de 20 presos, não fixos. É desenvolvido pela Psicologia, podendo contar com a participação de outros profissionais da área de saúde. São

utilizados recursos didáticos, com *folders* e cartazes do Ministério da Saúde. Eventualmente os profissionais participam de treinamentos destinados a sua capacitação, na Secretaria de Saúde no município. As questões de relacionamento são fundamentadas pelo conhecimento da Psicologia, com embasamento teórico da terapia de casal.

Relato de experiência: Além de existir troca de informações e reflexões sobre relações afetivas e sexuais, as oficinas acabam como um grande bate-papo, em que eles falam de sua intimidade, das relações, e mostram interesse em aprender mais sobre relacionamento humano do que sobre preservativo em si. Os presos se mostram interessados no desenvolvimento da temática, com participação ativa, dando exemplos, fazendo perguntas e interagindo de modo significativo. Normalmente é preciso finalizar, pela questão do tempo, mas sempre há demanda de conteúdo. Há indicativos de reflexos na relação com muitas de suas companheiras.

Esta oficina já foi feita também com as mulheres nos fins de semana antes da visita, ou depois, mas o número de pessoas que compareceu foi pequeno, talvez por falta de hábito de participar desse tipo de atividade, bem como pela existência de

outros compromissos e pelo horário, motivos listados por elas. É necessária uma pesquisa antes de ser implantado, para avaliar sua viabilidade perante as companheiras.

Finalizando, acredito que a Psicologia pode contribuir. Sempre. Os grupos são espaços possíveis e ricos, mesmo diante de obstáculos, são oportunidades de relação interpessoal, num lugar de paredes rígidas como a prisão.

Reforço que as medidas terapêuticas desenvolvidas no sistema necessitam de envolvimento da administração e da equipe de profissionais de cada unidade.

Atualmente os projetos são desenvolvidos com a parceria com a psicóloga **Monica Cielo Vedoim** e com o apoio, o consentimento e a participação da equipe de profissionais administrativos, além da equipe técnica, na qual se incluem:

Coordenação Depen: Cezinando Vieira Paredes

Direção PEF: Ivan Vidalk Graczyk

Chefe de Segurança: Aldair Andretti e agentes penitenciários

Advogadas: Ana Paula Garcia Marchante e Daniela Cristina Fabro da Silva

Assistentes Sociais: Lucélia Beraldo e Lucir Barbosa de Oliveira Barbieiro

Dentista: Carina C. dos Santos de Assis

Enfermeira: Maria do Carmo Santos Correa

Médico: Fábio de Fiori

Pedagoga: Luz Marina Pretz (Seed – CEEBJA) e professores

E os parceiros:

Pró-Egresso: Jusilei Soleide Natick (diretora)

Conselho da Comunidade: Luciane Ferreira (diretora)